

**RELATÓRIO DE ESTUDO DE FUNDAMENTAÇÃO
ANTROPOLÓGICA DA ÁREA DENOMINADA PONTÃO, NO
MUNICÍPIO DE PONTÃO-RS. (documento de interesse da etnia Kaingang).**

APRESENTAÇÃO

O “Estudo de Fundamentação Antropológica Kaingang da área denominada Pontão, no município de Pontão”, foi solicitado pela Coordenação de Identificação de Terras-CGID/FUNAI e Programa de Proteção as Terras Indígenas. O estudo é o resultado de reivindicações feitas a essa Fundação por famílias Kaingang do estado do Rio Grande do Sul, que estão acampadas no município de Pontão. As comunicações entre FUNAI/BSB, Administração Regional de Passo Fundo-RS e a liderança desses Kaingang, Jonatan Inácio (23), aparecem nos documentos abaixo apresentados.

O Ofício nº728/SPIMA/AER /PFD de 18.10.2004 encaminhado ao presidente da FUNAI com cópia ao diretor de Assuntos Fundiários informou que “(...) a liderança indígena do Acampamento Bugre Morto estará fazendo um protesto na rodovia RS-324, no município de Pontão, conforme comunicado daqueles índios retransmitido por fax (...)”. Segundo a informação, o protesto é para pedir agilidade da FUNAI quanto ao envio de um antropólogo para os Estudos Preliminares da tradicionalidade da área que reivindicam. A Administração de Passo Fundo esclarece que “(...) tem orientado os índios para a obtenção da documentação necessária em relação a abertura de um processo na FUNAI bem como da intensa demanda de trabalhos programados nesta área a fim de convencê-los que existe uma lista de espera de outras comunidades indígenas”.

Em novembro de 2004 a Instrução Técnica Executiva nº829/PRES/FUNAI foi expedida autorizando “(...) o deslocamento do antropólogo Robson Cândido da Silva - Consultor FUNAI/UNESCO e do atendente de enfermagem Arnildo Azevedo, servidor da AER/Passo Fundo, para realizar diagnóstico de demandas fundiárias nas localidades de Estrela, Pontão e Rio Farroupilha, todas situadas no estado do Rio Grande do Sul, e com o objetivo de fundamentar as respostas e ações da Diretoria de Assuntos Fundiários-DAF

quanto às reivindicações indígenas por terras. O período estabelecido foi 24.11 a 16.12.2004, para o cumprimento integral da missão em pauta”.

Em abril de 2005, o Diagnóstico de Demandas nas Localidades Estrela, Pontão e Rio Forquilha no estado do Rio Grande do Sul, produzido pelo antropólogo Robson Cândido da Silva, Consultor/Antropólogo/FUNAI-UNESCO Projeto 914BRA3018 - foi apresentado à Coordenação Geral de Identificação – CGID/DAF. O extenso documento trata dos índios que estão nas localidades acima citadas e oferece as informações necessárias para “(...) fundamentar as respostas e ações da DAF quanto às reivindicações indígenas por terra(...)” O referido documento fez um rastreamento da situação do grupo indígena Kaingang do Pontão, computando 28 famílias com 60 a 70 indivíduos, tratados na página 22. Realizou entrevista com os acampados fornecendo as informações necessárias para o conhecimento da situação dessas famílias.

O Parecer nº034/CGID/DAF/05 de 01.08.2005 analisa o Diagnóstico e dá parecer favorável que o encaminhamento seja no sentido de “ (...) proceder a Estudos de Fundamentação Antropológica (...)” observando a necessidade do estudo fundamentado “(...) a legislação vigente , as características da ocupação (tradicional ou não), os possíveis limites de cada área (...) e outras vias ao artigo 231, se este for o caso (...) e alerta para: “no caso, posterior, da não verificação de tradicionalidade caberá a PFE/FUNAI análise jurídica no que diz respeito às questões de direito”.

A Portaria nº1135 de 29.09.2005/PRES/FUNAI designou a antropóloga Marlinda Melo Patrício Projeto 914BRA3018, para realizar estudos de fundamentação antropológica no município de Pontão, no estado do Rio Grande do Sul, no mês de outubro.

Para cumprir designação, o trabalho iniciou no dia 10.10 a 12.10.2005 na cidade de Porto Alegre, em visita feita na Divisão de Terras Públicas, Instituto Histórico e Geográfico e na Divisão de Geografia e Cartografia para pesquisa documental. Entre os dias 17.10 a 26.10.2005, o trabalho de campo, junto aos Kaingang do município de Pontão, completou as etapas de pesquisa para o Estudo de Fundamentação Antropológico Kaingang. O trabalho no município de Pontão foi acompanhado pelo servidor Arnildo Azevedo, da Administração Regional de Passo Fundo, que deu o apoio necessário para que o trabalho fosse realizado.

Como o trabalho foi pensado e realizado

Para um melhor entendimento de nosso estudo sobre a área de terra, objeto desta demanda dos Kaingang, explicamos que a mesma é cortada ao meio pela rodovia BR/RS-324. Faremos referência aos lugares, mencionando o lado direito e esquerdo dessa rodovia no sentido Passo Fundo → Ronda Alta. Outra explicação se refere à situação do grupo que realizamos o estudo e do lugar de estudo - acampados às margens de uma estrada. O que queremos dizer é que essas famílias Kaingang não estão vivendo na aldeia, cujo local oferece condições de relativa estabilidade emocional permitindo-lhes gerir suas necessidades básicas. Assim percebemos a atual situação, ou seja, num momento de suspensão, de transitoriedade, onde eles conseguem, de forma rudimentar, o modo de vida que desenvolvem na condição de aldeados. Portanto, o que estabelece a Portaria 14/96, foi tratado, considerando que, em alguns itens, como Habitação Permanente e Atividades Produtivas, os dados não têm a mesma amplitude. Contudo, procuramos dar as informações que ajudarão na análise desse estudo.

Os primeiros contatos que tivemos com a história e a situação dos Kaingang, foram pela leitura que fizemos de todos os documentos existentes na CGID/FUNAI, relacionados acima, os quais deram origem a esta demanda por estudo de fundamentação antropológica que, por sua vez, tem o propósito primeiro de averiguar as características da ocupação (observando a legislação vigente) e demais pontos que fazem parte da composição da Portaria 14/96. Reunimos com a Coordenação de Identificação, fizemos a pesquisa bibliográfica sobre o grupo no Arquivo Histórico do RS, na biblioteca da FUNAI. Tivemos acesso aos mapas e plantas das terras do município de Passo Fundo e Pontão, na Divisão de Terras Públicas.

Realizamos entrevistas gravadas, construímos a Genealogia das famílias, levantamos suas origens¹ e os deslocamentos realizados até chegarem ao acampamento no Pontão. Percorremos o perímetro da área e anotamos as coordenadas. Visitamos a prefeitura de

¹ A pesquisa não se estendeu às terras indígenas de onde são oriundos.

Pontão e falamos com o prefeito Delmar Maximo Zambiasi, e também com o responsável pelo setor jurídico e histórico da prefeitura, Leandro Scalabrin. Tudo isso, com o propósito de obter informações sobre a história da formação da cidade, e sondar a opinião do prefeito sobre a reivindicação dos Kaingang². Providenciamos registros fotográficos da área reivindicada, e da situação em que se encontram as famílias. Cruzamos os relatos com a historiografia interpretando-os.

E, por fim, relacionamos alguns questionamentos que nortearam nossa ida a campo, bem como a condução do estudo no primeiro momento:

- 1) As famílias acampadas são oriundas de que lugares?
- 2) Como se organiza a rede de parentesco entre os acampados e os que estão em outros lugares?
- 3) Se existe uma relação, como se estabelece?
- 4) A que metades clânicas eles pertencem?
- 5) O acampamento se constitui em um movimento de alguma família para construir seu próprio cacicado?
- 6) Qual a natureza da terra que estão requerendo à Funai?

Além disso, o faccionalismo Kaingang, os problemas de gestão da terra, a expulsão de famílias das terras identificadas, a exigüidade da terra no Rio Grande do Sul e o crescimento demográfico, foram os outros temas que encontramos durante o trabalho de campo.

O trabalho denominado “Estudo de Fundamentação Antropológica Kaingang da área denominada Pontão, no município de Pontão” seguiu as sugestões propostas pela CGID (Dados apresentados sobre a forma de Pauta de Pontos), respeitando o que diz a Portaria 14 /96, conforme reafirma a referida Proposta desta Coordenação de Identificação.

²O prefeito é simpático a causa dos Kaingang e providenciou água encanada e energia elétrica para o acampamento desde o início. Foi possível perceber que sua trajetória política como sem-terra, facilitou a compreensão da reivindicação dos indígenas, sendo do MST e prefeito eleito pelo PT, é um dos assentados da fazenda Annoni, desapropriada na década de 1980.

PARTE I

I- DADOS GERAIS DA POPULAÇÃO E ÁREA ESTUDADA³

SOBRE OS KAINGANG ACAMPADOS

- a) Os Kaingang se encontram no município de Pontão. Estão acampados desde 20.09.2004 no quinto acampamento, que fica na bifurcação das estradas sem nome, que segue para a antiga fazenda Alvaredo. Se constituem em 16 famílias totalizando 67 indivíduos. Encontram-se localizados a noroeste do estado do Rio Grande do Sul. As famílias são oriundas de várias Terras Indígenas do Rio Grande do Sul, como Nonoai, Serrinha, Cacique Doble, Ligeiro, Votouro, Carreteiro e Mangueirinha no Paraná. Estas, alegam que lá não há mais condições de viver. Entretanto, nesses lugares, deixaram pais, irmãos, filhos e avós, porém, com eles, mantêm comunicação e, algumas vezes, estes vêm para acompanhar ou trocar de lugar com o familiar acampado.
- b) A reivindicação é pela (re)tomada de terra que foi apontada pelos seus avós e por seus pais, como sendo indígena, ou seja, que teria sido ocupada pelos Kaingang no século XIX. Para confirmar, indicaram os cemitérios, o nome das fazendas e as casas subterrâneas existentes no local como prova da presença indígena. Assim como contaram as histórias dos massacres feitos por fazendeiros aos índios. Seus avós e pais passaram essas informações com orientações de que, um dia, poderiam reclamar quando precisassem. As famílias acampadas foram unânimes, durante as entrevistas, em afirmar tal orientação. As histórias contadas pelos avós e repetidas pelos Kaingang acampados são as seguintes:
 - 1º) Cacique Jonatan: “ No Capão do Bugre tinha uma sede dos kaingang e um cemitério numa época em que os branco já tava morando no meio deles e um fazendeiro convidou eles para uma festa e deu carne envenenada para eles comerem naquela noite e acabaram morrendo, os que não morreram tinham ficado na aldeia porque tinham feito festa e bebido muito e dormiram. Naquela época, outra emboscada, levou a morte um cacique e dois índios que estavam com eles isso fez com que os índios se refugassem nas aldeias

³ Ver Mapa 1 - Área de Estudo em anexo.

perto de onde é hoje a Sagrisa, onde também tem ocas e cemitérios. Eles foram entrando cada vez mais dentro do mato, nesse local foi a última vez que eles foram vistos. Prestavam serviços para os fazendeiros da época, a vala de pedra é um vestígio. Alguns foram para o lado de Sarandi e depois ficaram 20 e poucos anos em Rondinha, as ocas grandes que fizeram era para se protegerem, pois todos ficavam juntos no caso de terem que se defender. Foram expulsos novamente e seguiram para Alto Recreio e Nonoai foi uma caminhada daqui até lá. Meu avô contava, porque era empregado do SPI e tinha que passar por aqui seguindo para as quatro reservas Butiá, Passo Raso, Carreteiro [Água Santa], Ligeiro e Campo do Meio, onde meu avô era cacique. Ele faleceu em Carreteiro com 62 anos, o pai contava a história de meu avô. De Cacique Doble e Monte Caseiro iam por aqui porque era mais raso.

2º Marilene: “Contavam que os índios foram uma época quase todos matado, aqui foram envenenados. Diziam que era pra botar nossos filhos na escola e nós também que era um dia pra nós procurar, que era pra nós vim (...)”

3º Jonatan: “O meu avô contava que (...) várias ocas grandes pra família se cuidar porque não dá pra eles morar um longe do outro, então eles tinham que dormir tudo junto pra se cuidar, pra que se viesse dois ou três brancos eles conseguissem dá conta deles, então eles faziam umas ocas enorme para 15 famílias. 10 famílias essa oca grande pra poder se proteger dos brancos e ali eles foram descendo, descenderam até Sarandi eles foram mais uma vez massacrados, atropelado iam sobrando, iam indo, chegaram em Rondinha, na época ficaram mais 20 e poucos anos depois lá foram expulsos de lá e agora foi expulso para Nonoai, chegando em Nonoai, agora dez anos atrás, entraram a retomar e tão com a terra deles de volta, então foi uma caminhada deles daqui até lá. É aqui, meu avô me contava essa história, porque ele morava aqui pertinho, ele trabalhava aqui, então ele contava aonde era o passador do pessoal que ia para as quatro reservas que servia lá, que hoje é chamado de Butiá, era Passo Raso, que os índios falavam que onde dava para eles caminhar a pé por dentro do rio, então eles passavam dali pra Água Santa, pro Ligeiro, pro Campo do Meio, pra Cacique Doble e pra Caseiros. Cinco reservas eles tinham acessos por ali, ninguém conseguia passar mais por ali, porque o rio era muito fundo, então era melhor ele vir por aqui, pra não pegar muito perigo, então eles passavam por ali e aqui onde a maioria deles morava aqui e faziam esse trajeto, se dividiam pra essa reserva (...) antes do meu avô eles morava aqui, via as ocas todas onde que os índios viviam, que já tinham sido expulso e ele morava no Alto Recreio ele Voltou pra Água Santa, daí que lá mais pra cima é o Campo do Meio (...) daí foram expulsos mais uma vez de lá e descenderam pra Água Santa. (entrevistas concedidas entre os dias 19 a 26.10.05).

- c) Os Kaingang acampados se revezam. Assim fazem para que não haja dificuldade em alimentar e abrigar a todos. O alimento é obtido da FUNAI, que oferece a cesta básica. A Prefeitura de Pontão oferece energia elétrica e, água encanada e, dessa forma, eles asseguram a caça.
- d) Dizem que a reivindicação pela terra é para atender as famílias que vieram para o acampamento, mas também para atender as famílias Kaingang que estão espalhadas na periferia de Passo Fundo, dormindo no terminal rodoviário, e acampados na beira da

estrada. E ainda há os que estão sendo expulsos das terras indígenas por falta de ter onde plantar.

A questão da indianidade dos Kaingang acampados não foi e nem está sendo posta em dúvida. Contudo, destacamos uma grande diversidade cultural das famílias acampadas. Uma grande parte delas pratica a agricultura ou, pelo menos, praticava quando estava na terra de origem. Confeccionam artesanato, e esta é a forma que utilizam para prover seu sustento. São famílias simples, que fazem grande esforço para assegurar o sustento dos filhos. Encontramos até seis crianças, ver Tabela 2 - Relação das Famílias. A outra parte é formada por professores que tiravam seu sustento do salário, e estudantes que chegaram a cursar o 3º Grau, mas que tiveram que abandonar⁴. Essa pequena parte é a que está no comando do grupo acampado.

SOBRE A ÁREA ESTUDADA

Encontramos várias referências sobre Pontão ou Pontal na historiografia rio-grandense, assim como, a presença do indígena na parte noroeste e nordeste do Rio Grande do Sul, quais sejam:

- a) O Documento Oficial Relatório de 1834 citado por Gehm (1978), informa a incursão de um bandeirante por nome Bernardo Castanho da Rocha, que *“saído do Pinheiro Torto, a ocidente do povoado de Passo Fundo lançando-se à exploração do norte do território alcançando o Pontão do Sarandi (Distrito do Pontão). Nas matas atravessadas pela excursão foram encontrados vestígios da ação recente de índios, sob as ordens do cacique Doimboé (pega flechas), mas conhecido por Dobre ou Doble, tendo havido contato amigável entre brancos e índios guiados, foram pelo próprio cacique Doble, descobrindo a cachoeira Grande que há nesse rio (Serra do Lobo), alcançando, finalmente, os campos de Nonoai. Estava feita a ligação entre Passo Fundo e o Norte da Província, chamada de estrada de dentro”*.

⁴Segundo eles, um dos motivos foi porque a FUNAI não mais assegurou o pagamento das faculdades.

Esse documento trás informações da área que ora estudamos, Pontão do Sarandi, que fez parte da grande fazenda Sarandi, latifúndio que foi todo dividido no século XX. Quanto a referência à “estrada de dentro”, não sabemos qual sua localização exata mas, se a informação diz ser Sarandi, sabemos que está dentro do raio de limites da referida fazenda. Portanto, parte de sua área é o objeto de disputa dos Kaingang.

- b) Por volta de 1835-45, Pontão era limite para as contendas entre o cacique Nonoai e Braga. Em 1856, foi assassinada a tribo de Manoel Grande, que atacou a fazenda Quatro Irmãos, para o lado direito do rio Passo Fundo. Para o lado esquerdo do rio, o branco já era senhor das terras. Em 1910, a ICA- Jewish Colonization Association (a ferrovia ligava a sede da ICA até a estação do município de Erebang), adquiriu mais de 93.800 hectares na região de Passo Fundo, incluindo 50 mil de floresta e que se denominou Quatro Irmãos. Atraindo, inicialmente 90 famílias de colonos provenientes da Argentina e Bessárabia. Feldman (2003:24).

Esses dados trazem referencias de áreas que estão próximas das que ora estudamos, pois a fazenda 4 Irmãos, à direita do rio Passo Fundo, tem sua história relacionada com as incursões que os Kaingang fizeram, tanto desse lado quanto do lado esquerdo do referido rio.

- c) Relatório do pres. M. Antônio Galvão RGS (1847:13), menciona “(...) a transferência de mais de 600 pessoas que se estabeleceram nas proximidades de Passo Fundo e daí transportadas compulsoriamente para Nonoai pela Companhia de Pedrestre (...) o cacique Doble que se localizava com seu grupo em Vacaria, foi forçado ou convencido a concordar com a mudança para Nonoai”.

A transferência daqueles índios para Nonoai é que nos leva a acreditar ser possível terem usado a “estrada de dentro” e ficado pelo meio do caminho para não serem assentados pelo governo em Nonoai, já que não só estavam sendo deslocadas as forças de seu próprio território, como teriam que se unir com grupos inimigos.

- d) A relação das aldeias presentes na correspondência oficial de Mabilde com o Governo Provincial 1848-1850, é citada por Becker (1976), onde faz referência

ao aldeamento de Pontão "(...) talvez esteja diretamente ligado à construção da estrada do Passo do Pontão no município de Lagoa Vermelha. A estrada tinha como ponto de partida o Passo do Pontão, no Rio Uruguai, exatamente no ponto de confluência do Rio Pelotas com Canoas e terminava na Picada Feliz, então pertencente ao município de Cai; tinha quatro ou cinco léguas mais abaixo. O povoado do Pontão, geograficamente, é um lugarejo situado a noroeste de Lagoa Vermelha (...) compreendia, entre outras construções oficiais o Quartel do Pontão, Posto Militar e a Casa da Coletoria. O aldeamento teria, pois resultado dos deslocamentos dos índios de vários pontos desta área para o chamado Pontão, lugar ao que parece antipatizado pelos indígenas. Poderiam ser os 200 cacicados por Doble, que não se queriam aldear em Nonoai"

Se olharmos no mapa, veremos que a confluência dos rios está a leste e não a oeste, e que a estrada mencionada é outra, e fora da área que está sendo requerida. Esse povoado de Pontão está mais próximo de Água Santa do que de Sarandi.

e) Em correspondência ao Governo da Província, Mabilde (1850:13/3,2-3) pede ao governador para trazer lenços ordinários, baetas, panos e alguns arranjos para agradar aos índios que estavam escondidos na mata e, assim, atraí-los e aldeá-los próximo à Capela do Pontão. Mabilde, também, se refere à necessidade de munição, do contrato de transporte de carga com David Pereira de Carvalho, morador de Pontão, e se refere à abertura de uma estrada secundária do Passo do Pontão ao Passo do Ijuí.

Essa referência à estrada parece estar ao sul e fora da área que estudamos.

f) Camargo, 1868 (in Laytano 1957:154-155), *Mapa dos Aldeamentos dos Índios (1861)*, informa que o Pontão é referido com um efetivo populacional que oscila entre um mínimo de 138, e um máximo de 220 habitantes, ininterruptamente, desde 1849 a 1860. Observa que, como Guarita, pouco se conservaram, tendo-se unido a outros aldeamentos. Não menciona, porém, sua localização.

g) Flores (1880), citado por Becker (1976:65 ? 76 ?), traz informações dos Relatórios Oficiais, das correspondências entre os empregados e o governo da

província do Rio Grande do Sul, dizendo que: “(...) *o aldeamento de Pontal era formado pelo povo de cacique Doble ou Dobre e que o local era comandado por David Antonio de Oliveira, um empregado do governo local (...)*”.

Esse aldeamento é que acima foi mencionado como sendo Lagoa Vermelha.

- h) B.S. (1902) citado por Becker (1976:76), fala de *Pontão no município de Lagoa Vermelha sob o cacicado do Gal. Faustino da mesma forma que os toldos estão distanciados entre si, aproximadamente, duas léguas e têm um total de quatrocentos índios*”.
- i) Os primeiros anos do século XIX (1820-30), são o período em que o Rio Grande do Sul formava sua aristocracia de fazendeiros milicianos e senhores de escravos. Seu poder e importância podiam ser medidos pela extensão de terras que possuíam, pelo número de escravos e pelo posto que o situava na hierarquia militar, em terras povoadas pelos Kaingang. A província se ligava ao centro da Colônia para o escoamento do gado (boi, cavalos, muares).
- j) Sperry (1985: 25-7), menciona que no início do século XIX Pontão era um local de internada (lugar aberto onde os homens e os animais paravam para comer, beber e descansar), onde se arrebanhavam tropas com animais comprados nas fazendas das redondezas. De Pontão iam até Nonoai, onde havia uma Coletoria e uma subagência do Banco Pelotense. Ao que parece é o mesmo Pontão onde está o atual Município. A idéia é mostrar a relação da estrada com o lugar de passagem e parada e buscar localizar o Pontão referido pelas famílias Kaingang entrevistadas.

São muitas as referências a lugares (diferentes) com o nome de Pontão ou Pontal, conforme relação abaixo.

- k) Os mapas e plantas da Divisão de Terras Públicas do RS mostram o seguinte:
 - 1912- uma planta de lotes que faz referências a Pontão da Mortandade (Planta nº815)
 - 1926- Pontão do Campo do Meio (Planta nº677)
 - 1929- Pontão como um povoado que fica no município de Passo Fundo (Mapa Geographico nº111)

1938- Planta do município de Passo Fundo – Região do Plano médio. Pontão é uma localidade que aparece próxima aos afluentes do rio Sarandi. Área onde, atualmente, está localizada a terra requerida pelos Kaingang.

1947- Pontão dos Resvalados ligando as secções Camargo e Povinho (Planta nº 816).

Os dados acima não indicam a localização do aldeamento de Pontão ou Pontal ter sido na área pretendida pelos Kaingang. Mas, são precisos quanto à presença de indígenas no local e quanto à existência de uma estrada que unia Passo do Pontão ao Passo do Ijuí e outra que unia Nonoai, Palmeira das Missões a Passo Fundo passando por Pontão. É provável que seja na área do Pontão do Sarandi, indicando a possibilidade das estradas terem sido usadas para a passagem dos índios, da economia local e lugar de acampamentos indígenas provisórios. O problema é que isso vale para qualquer estrada antiga ou nova no RS – já que os índios sempre as usaram – e acampamentos provisórios podem ter ocorrido em todos os lugares; de fato, é seguro que houve muito mais lugares do Estado onde, em algum momento, os índios fizeram ou tem feito acampamentos provisórios, incluindo cidades.

m) Oliveira (1957:14) citado por Rückert et all (1999:19) nos traz informações com base nos Auto de Legitimação de Posse de Luiz de Campos Vergueiros, de 18 de abril de 1871 AHRGS, onde mostram a Fazenda Sarandi [área em que, atualmente, se encontram as fazendas onde os Kaingang estão acampados e alegam ser de seus antepassados], como um exemplo significativo de legitimação de posses de terras pela Lei de Terras de 1850, realizada por apenas um senhor de terras. “(...) *A Fazenda Sarandi, que chegou a perfazer 71.160 hectares, sendo inicialmente denominada Fazenda do Bugre Morto, e, mais tarde, de Fazenda Sarandi. Essas terras foram obtidas em 1831 pelo sargento-mor das milícias do império João da Silva Machado, residente na freguesia de Santa Efigênia, cidade de São Paulo, em Lapa, atual estado do Paraná, que, em 1827, fora encarregado, pela então Província de São Paulo de organizar um núcleo colonial no Rio Negro, hoje no estado do Paraná, com migrantes alemães (...)*”. Rückert et all (1999:20) complementa que, os “*Autos de Legitimação de Posse apontam que João da Silva Machado, depois Barão de Antonina, tornara-se proprietário de 58.274 há no interior do município de Cruz Alta.*

Mais tarde, na década de 1870, seu genro Luiz Pereira de Campos Vergueiro, autorizou também a medição e demarcação dos terrenos contíguos (Fazenda do Cedro, do Bugre Morto e do Alvoredo), adquiridos por "posse antiga" e pacífica, como se vê dos registros das terras públicas (Autos de Legitimação de Posse de Luiz de Campos Vergueiros, de 18 de abril de 1871)". Na década seguinte João vergueiros, filho de Luiz de Campos Vergueiros, aumentou substancialmente a Fazenda Sarandi ao anexar três posses contíguas junto ao rio da Várzea. Costa (1987:145) também citada por Rückert et all (1999:19-20) informa que, a descrição da medição dos limites da Fazenda Sarandi, conforme os Autos mencionados indica como "as posses resultantes de ocupação aumentaram de forma incontrolável e os posseiros acumularam grandes extensões de terra, cujos limites eram vagamente definidos por acidentes geográficos (um rio, uma queda d'água, uma encosta). Apesar destas propriedades não possuírem estatuto legal, elas eram compradas, vendidas e avaliadas à vontade. A anexação dos territórios vizinhos à Fazenda Sarandi, que correspondiam as Fazendas Alvoredo, Bugre Morto e Cedro, deu-se como base no Parágrafo 1º . do Art. 5º. da Lei de Terras 1850, que permitia a legalização de terras contíguas àquela solicitada, conforme os termos que o Estado concedia aos senhores de terra: "[...] outro tanto mais de terreno devoluto que houver contíguo [...]", uma prática de rotina na incorporação de terras, sendo vagas as alegações de compras a moradores muito antigos, (...)".

- n) No documento de Legitimação de Posse de Vergueiro de 1897 é mencionada a presença de "(...) caboclos quando do início da colonização praticavam o pastoreio de pequeno rebanho de gado maior e menor, caça, pesca, extração de erva-mate e cultivo de pequena lavoura de mandioca, batata, abóboras, milho, cana-de-açúcar, etc. Esses foram desalojados pelos migrantes e ingressaram nas fileiras dos revolucionários maragatos que lhes deram apoio".

A existência de fazendas com seus administradores não impediu que houvesse sobreposição de ocupações, visto que os latifúndios, quando eram delimitados por seus proprietários, ignoravam a existência de seus antigos moradores.

- o) Nas primeiras décadas do século XX a historiografia local mostra a formação de fazendas públicas e a medição destas fazendas. Na década de 1940, a ameaça de

possíveis ações de reforma agrária, leva os proprietários mais recentes a dividi-las entre os familiares. Foi o que aconteceu com a Fazenda Sarandi. Em 1961, no governo de Leonel Brizola, essa fazenda foi desapropriada e transformada em granjas e glebas. Novas tentativas de reforma agrária e a demora de apoio do governo de Ildo Meneghetti levaram ao fracasso de democratização dessas terras. Hoje, parte destas terras foi ocupada por pequenos produtores assentados desde 1973, os desapropriados do Passo Real, famílias oriundas das terras próximas à Usina do Passo Real, no rio Jacuí e por grandes proprietários que, segundo informações extra-oficiais, não possuem título de propriedade, e é neste dado que os Kaingang se apóiam. Num levantamento preliminar, são em torno de dez fazendas.

Os dados coletados, quanto ao desenvolvimento histórico e fundiário, são leais aos documentos pesquisados, mas há necessidade de aprofundar as reais situações das propriedades nos cartórios, prefeituras, Divisão de Terras Públicas e outras instituições responsáveis no estado do Rio Grande do Sul. O aprofundamento da pesquisa a respeito da situação legal das terras não é para esta fase dos trabalhos; o serviço compete a outros profissionais e deve ser realizado oportunamente, se for o caso.

II-DADOS SOBRE OS ASPECTOS CULTURAIS OBSERVADOS E VERIFICADOS NA BIBLIOGRAFIA

- a) Os Kaingang são parte do Jê meridional. Becker (1976:11), divide em três épocas a história Kaingang: os séculos XVI, XVII e XVIII seriam os períodos em que viveram em contato intermitente com os bandeirantes portugueses, sem a influência jesuítica. O século XIX foi considerado o período intermédio, quando a ação missionária se estabelece, não mais sob a forma de redução, mas, segundo ela, na forma de catequese, com aldeamentos e com grandes transformações. E, por último, o século XX, onde os Kaingang estão “(...) *grandemente aculturados, mas não assimilados e com suas características próprias resultantes do processo que anteriormente se instalara*”. A mesma autora cita Teschauer (1929), para informar sobre a “*possível ascendência dos*

Kaingang ser Guaianá, povo que viveu entre Angra dos Reis e Cananéia – costa de São Paulo". Outro autor citado Serrano (1936) descreve a "(...) *ocupação da floresta do Alto Rio Uruguai tendo como limite extremo aproximativo para oeste do Rio Piratini, para leste as nascentes do Rio Uruguai (Rio Pelota) e para o sul a Bacia do Cai*".

- b) A descendência entre os Kaingang se dá pela linha paterna, os filhos pertencerão à metade que o pai pertencer, Kamé ou Kairu. No caso de separação é comum ficarem com o pai. Segundo Veiga (2000), o casamento ideal é o que ocorre entre metades diferentes, Kamé e Kairu, contudo, "(...) *O sistema de aliança vem sendo rompido, cada vez mais, depois do contato, dando lugar à escolha pessoal do indivíduo que, muitas vezes, trai a aliança dos velhos casando-se com alguém da mesma metade. Muitos nessa situação são obrigados a deixar a aldeia, indo morar fora das áreas indígenas, na cidade ou fazendas vizinhas*". Entre os Kaingang do acampamento, poucos tinham o conhecimento das metades.
- c) Segundo a tradição, quando uma criança nasce, seu umbigo deve ser enterrado marcando, assim, a relação do indivíduo com a terra, com o seu lugar de pertencimento. As famílias acampadas disseram conhecer a tradição, mas que não fazem isso, costumam amarrar com um fio os umbigos juntos, e guardá-los.
- d) Os vestígios que provam a presença dos Kaingang no passado desta área, foram mostrados pelo cacique Jonatan, são "*ocas subterrâneas*" que, segundo ele, reforçam o direito deles sobre essa terra. Gay (1863:59), citado por Becker (1976: 216) faz uma descrição generalizada da habitação Kaingang no século XVIII, diz o seguinte: "*formadas de estaca, forradas e cobertas com as folhas da palmeira anã a que chamam guaricanga; são compridas, com a porta mui baixa e sempre situada num dos extremos(...)*". Por sua vez Becker informa, que no século seguinte essa forma de habitação "(...) *continua no geral como um rancho ou choça coberta com folhas de palmeira jerivá (...)*". Entendemos que esse tipo de habitação era mais provável do que aquela apontada pelo cacique, pois a utilização de casas subterrâneas já não era mais usada. As informações que encontramos sobre esse tipo de morada é mencionado por Schmitz (1981:218, Rohr:1984:154), citado por Veiga (2000:36), e diz: "*Entre os grupos mais antigos do Sul do Brasil está o dos grupos caçadores e coletores que*

viveram ao longo das barrancas do Uruguai (divisa dos atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), com datações entre 8.670 e 5.970 anos antes do presente. Esses vestígios arqueológicos são identificados como “cultura alto paranaense” e relacionam essa região com achados arqueológicos da região de Misiones, Argentina. Tais achados referem-se as casas subterrâneas e a túmulos circulares, com fossas e valas que são aspectos característicos da cultura Jê-Meridional atestada nos séculos XIX e XX. Essas informações ajudam a localizar o período de tais vestígios na história da cultura material desse povo. Portanto, são muito anterior ao período que os Kaingang relatam em suas histórias.

- e) Os Kaingang são uxorilocais, Veiga (1994:93), citando Borba (1908:8-9) e Cimitille (1882:277-8), menciona que “(...) possuíam no passado como os outros grupos Jê grandes casas comunais habitadas por um homem, sua mulher, seus filhos não casados, suas filhas casadas e seus genros com os respectivos filhos e filhas (...) Atualmente os Kaingang não possuem mais grandes casas comunais, mas é comum que as filhas, ao se casarem, tragam os maridos para a casa dos pais ou, quando o casal novo passa a uma casa própria, *em geral esta fica localizada ao lado da casa dos pais (...)*”.

III - ORGANIZAÇÃO SOCIAL

- a) Os Kaingang pertencem à família lingüística Jê, constituindo seu ramo meridional. Esses Kaingang que estão acampados falam a língua kaingang e o português. As crianças falam a língua materna e, muito pouco o português, devido à comunicação com os pais ocorrer somente na língua. Eles conseguiram matricular seus filhos na escola da prefeitura que atende as famílias do assentamento Sagrisa⁵. São 19 crianças entre 06 anos a 13 anos, estudando do Pré a 5ª. Série do Ensino Fundamental.

⁵ É um assentamento organizado em um antigo local de internada chamada de ‘Internada Butiá’ localizado na Fazenda Alvaredo. Parte dessa foi desapropriada e utilizada para reforma agrária em 1972, onde foram assentadas 51 famílias desabrigadas com a construção da Barragem do Passo Real no rio Jacuí na região de Cruz Alta, Espumoso e Ibirubá. A área do assentamento está na categoria de distrito de Pontão.

- b) São 16 famílias Kaingang com 67 indivíduos acampados relacionados por eles como: os Inácio (que tem o comando), Caetano, da Silva, Lima, Severiano, Alves, dos Santos e, segundo eles, os que estão por vir. Mesmo que tenham vindo de diferentes terras indígenas, as diferentes famílias acampadas, relacionadas por eles acima, possuem laços de parentesco entre si, são irmãos e primos. Na condição de acampados acharam melhor não trazerem os pais e os avós, o grupo doméstico ideal não está presente no acampamento devido às precárias condições que o tipo de habitação iria oferecer.
- c) Jonatan Inácio (23) é o cacique do grupo, escolhido por eles, porque disseram ter conhecimento e sabe negociar com as autoridades. Ele é socialmente reconhecido, tanto pelos seus quanto pelos órgãos e autoridades com os quais têm contato: FUNAI, FUNASA, Ministério Público, Prefeitura de Pontão, os donos das fazendas etc.
- d) O acampamento atual é o quinto, construído com lona de plástico preta, cedido pela prefeitura de Pontão, tem a forma de tendas onde habita uma só família, que dormem juntos. As tendas das famílias estão uma próxima das outras, como uma aldeia, com fácil circulação entre elas, portanto, fácil comunicação. A tenda maior, onde é estocado o alimento, recebido da FUNAI e da prefeitura, também é a morada do cacique, que é solteiro. Do lado de fora possuem um freezer comunitário, onde há um pequeno espaço que dá acesso à próxima tenda, que é usado para as conversas dos homens e dos jogos de bolita dos meninos. O cacique tem dois irmãos casados que moram num galpão de madeira. A forma como estão organizados, ao mesmo tempo em que promove a solidariedade, mantém a individualidade das famílias. As famílias que estão no acampamento são bastantes jovens e, em tempo de relação matrimonial como em idade, são formados pelo pai mãe e filhos. Não trouxeram idosos para o acampamento, consideraram ser perigoso colocá-los nessa condição. Apenas o cacique não tem família constituída, assim como seu tio materno que é surdo-mudo. Nos dezesseis casamentos existentes, apenas um é com uma não-indígena.
- e) A produção do artesanato e a caça foram as duas atividades econômicas observadas, que os mobiliza no sentido da unidade do grupo. Quem não sabe tecer o balaio e a cesta, trabalha de ineia com quem sabe. O primeiro pode colher o cipó, a taquara e limpar, o segundo tecerá e os dois poderão vender, e o apurado será dividido. A caça é

organizada pelos homens, que acertam como fazê-la, pois a realizam nos locais proibidos pelos “*granjeiros*”⁶. A união do grupo também é percebida quando reúnem para tratar dos assuntos concernentes à reivindicação da terra. A (re)tomada é de interesse comum e a orientação do cacique é aceita por todos durante as reuniões.

- f) Ao que observamos, são as mulheres que mais produzem os balaio e cestos, contudo vimos alguns homens limpando a taquara, vimos outros trabalhando a madeira-de-leite – como chamam uma madeira branca e macia que facilmente é modelada com uma faca – para confeccionar estatuetas de animais como tatu, coruja, cobra enroscada e outros [um tipo de artesanato, ao que parece, inaugurado pelos Guarani no Sul do Brasil]. A venda do artesanato que conseguem produzir é realizada nas cidades de Passo Fundo, Marau, Carazinho, Santa Bárbara do Sul, Caxias do Sul e, às vezes, até Cruz Alta. Nessa “viagem de negócios” demoram dias, no mínimo uma semana, até que sua mercadoria seja vendida o que os coloca em contato com outras pessoas que tanto podem rejeitá-los como estabelecer laços de amizade e conhecimento de sua causa. A família toda pode se deslocar para a venda do artesanato, ou apenas o pai e os filhos maiores. É comum encontrá-los, nos terminais rodoviários e mercados, dormindo no chão em meio às cestas e balaio ou ao longo das estradas.
- g) As maiorias das famílias presentes no acampamento são evangélicas, freqüentam a Igreja Missionária da Água Viva, que tem o comando do pastor João de Deus, que vive no município de Pontão há 14 anos e afirma que, desde que chegou na cidade, os antigos já mencionavam que aquela área era dos índios e que havia vestígios, no lugar, da presença desses.
- h) A pessoa mais velha do acampamento é Vidal Inácio (67), tio do cacique Jonas. Ele é a única pessoa que recebe aposentadoria. Junto com sua mulher, vive desta renda e, também, do artesanato. Ver os motivos de sua vinda para o acampamento, Anexo 1 – Entrevistas.

⁶ Nome usado pelos Kaingang e pelos outros regionais não-indígenas para se referir aos ocupantes das fazendas. Esses não permitiram o exercício desta atividade, contudo os indígenas se arriscam, contanto que garantam a carne para todos. Um freezer comunitário guarda a caça.

Utilizo o termo ocupante por não saber se esses possuem título definitivo das terras. Os indígenas disseram por várias vezes que verificaram na prefeitura se havia e tiveram resposta negativa, assim como as pessoas da cidade disseram para eles que nenhum possui título da terra.

IV - ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

- a) Em torno de 08 a 10 famílias, reuniram-se entre 2003 e 2004, para decidir ocupar as terras das fazendas do município de Pontão - com o objetivo de dar melhores condições de vida para os filhos, já que historicamente as terras foram suas, segundo disseram. As famílias que tomaram essa decisão o fizeram por não terem onde plantar. Apenas deram a entender, no caso dos que saíram de Serrinha e Ligeiro, que o cacique os orientou no sentido de que seria melhor irem buscar outra terra. Não falaram de uma expulsão explícita, entretanto, alguns entrevistados até evitaram mencionar os motivos da saída, não fosse nossa insistência. Entendemos que a saída se dava na medida em que os caciques iam se apossando das terras. Encontramos também famílias de outro estado que vieram para o acampamento por outros motivos.
- b) A condução da política e da economia nas T.I Serrinha, Ligeiro e Nonoai, influenciou-os a tomar a decisão, assim como na escolha do cacique que deveria ter o comando da reivindicação das terras do Pontão. Jonatan Inácio (23), escolhido para cacique nos disse que: *"(...) diante de uns ter tudo e outros não ter nada o pessoal fez uma proposta para colocar eu na frente deles, pra que fosse tudo dividido de igual para igual, por mais que fosse cacique, fosse o que fosse, era para dividir as terras igual para igual e eu aceitei a lutar por eles se todos eles me ajudarem, então viemos com a proposta de fazer a igualdade(...) as experiências que tive me ajudou a saber como lutar junto com essas famílias(...)".*
- c) Jonatan Inácio (23), nasceu no município de Água Santa, Terra Indígena Carreteiro, foi para Terra Indígena Ligeiro, no município de Charrua, onde ficou até os 15 anos. A partir dessa idade nos informou ter participado da retomada da Terra Indígena Irai, município de Irai e depois da Terra Indígena Serrinha no município de Alto Recreio, isso quando estava com 17 anos. Segundo entendemos sua participação foi no sentido de luta por terra, não explicou se com isso, obtiveram benefícios. O cacique não deixou claro isso. Em Alto Recreio ficou três anos. Voltou para ajudar na retomada da Terra Indígena Ventarra, município de Erebang, depois voltou para T.I Ligeiro e, em seguida, voltou para o município de Ronda Alta e depois T.I Serrinha - município de Três Palmeiras, Ronda Alta, Constante e Engenho Velho, onde ficou quatro anos.

Quando veio para o Pontão, disse ter vindo procurar um espaço para as famílias, como os avós disseram que era deles, resolveram (re)tomar. Essas famílias disseram ter usado os seguintes critérios para a escolha do cacique: *“Ele tem um certo nível de estudo, sabe tratar com as autoridades e órgãos, ele é a pessoa mais adequada para o comando do grupo. Ele conduziu a organização e os preparativos para que a reivindicação, desde o início”*.

- d) As decisões no acampamento, segundo Jonatan, *“(...) são tomadas com a participação das famílias, que reunidas discutem a melhor saída para os problemas, que seja bom para todos, sempre foi assim, não é o cacique que toma decisão é todo mundo senta junto e decide, se nós errar todo mundo erra, se nós acertar todos acertam e é melhor para todo mundo”*. Disseram ter começado como uma comissão de 05 ou 06 homens, acharam Jonatan o mais apto e dizem que: *“(...) ele vê o lado melhor”*. Desse grupo saiu as lideranças escolhidas pelo cacique. O grupo, para decidir, discute os problemas em conjunto.
- e) As famílias disseram ter decidido participar da reivindicação pela terra, pautadas em vários critérios, quais sejam: alguns porque foram chamados pelo cacique; outros, viram na oportunidade o momento de conseguirem terra para garantir o sustento dos filhos, e pediram ao cacique Jonatan para ficar; outros, ainda, tinham o conhecimento da história de que as terras eram dos Kaingang, pois os avós falavam sobre isso e se uniram ao grupo. Em muitos casos não houve a despedida dos parentes, antes de saírem do lugar onde estavam, em outros casos, consultaram a opinião dos parentes que ficaram, receberam o incentivo e aprovação na esperança de se juntarem quando a terra for identificada.
- f) Os motivos, por ordem de importância, de tal decisão foram: primeiro, a má administração política e econômica dos caciques das Terras Indígenas: Ligeiro, Serrinha e Nonoai, que forçaram a saída de boa quantidade de famílias para a periferia das cidades e às margens de estradas, obrigando-as a viver como mendigos; segundo, a falta de terras para plantar, dizem eles que, as reservas indígenas do Rio Grande do Sul estão superlotadas de famílias e não há mais lugar para outros que estão começando; terceiro, alegaram, hoje, terem uma visão de futuro e um pouco de estudo para saberem

que precisam assegurar terra para os que estão pequenos e que, agora, é o momento certo de conquistarem mais espaço. E, ainda disseram, não saber como será no próximo governo, pois as proibições do código florestal reforçam a carência de espaço para cultivarem a terra; quarto, têm esperança que, nesta reserva, seja diferente, e que não haja mais os castigos a que eram submetidos. A promessa do cacique de que tudo será diferente fez com que se envolvessem com a luta e decidissem fazer parte do grupo do Pontão.

- g) O grupo acampado é o resultado do faccionalismo que tem ocorrido entre os Kaingang, por questões políticas, econômicas e demográficas. O que pudemos coletar sobre a situação, contada pelo cacique Jonatan e as famílias entrevistadas, nos mostrou que a forma de divisão das terras feita pelos caciques, contempla apenas a eles, seus filhos e as lideranças, formando um subgrupo de indígenas privilegiados no sistema – com terras que chegam de 150 a 200 hectares. Aos demais indígenas, mesmo que sejam parentes, fica cerca de 1,5 a 2 hectares para produzirem. Os privilegiados plantam num acordo – sistema de arrendamento – com os não-indígenas que cultivam a terra para eles. Esses assumem todas as despesas do processo de plantio, colheita e beneficiamento mínimo do produto, a primeira impressão, segundo eles, é que são os indígenas - cacique lideranças e filhos que plantam. Eles funcionam como os padrões dos não-indígenas – aparentemente – pois o lucro maior fica nas mãos do não-indígena, que trabalhou, colheu sem ter despesa alguma desde o plantio até o beneficiamento, ficando para os indígenas privilegiados, todas as despesas. O sistema é organizado pelas partes indígenas e não-indígenas. O lucro obtido não é dividido com a comunidade, fica com aqueles que estão no poder, e que têm o comando da Terra Indígena que foi identificada e Demarcada para todas as famílias pelo Órgão Indigenista.
- h) O descontentamento e o conseqüente rompimento com a forma de comando dos caciques, das T.I Serrinha , Nonoai e Ligeiro, as mais citadas, tem levado ao abandono de suas casas nestas terras. As 16 famílias que estão no acampamento foram unânimes em dizer que não havia mais condições de viver em 2 hectares, sem condições de ter

uma produção que desse para sustentar seus filhos e tendo o artesanato como o único meio de sustento, situação imposta pelo cacique, segundo eles informaram.

- i) Segundo os cálculos dos conselheiros do cacique Jonatan, existem, aproximadamente, de 100 a 120 famílias que estão acampadas em cidades como, Caxias do Sul, Passo Fundo, Porto Alegre, Vacaria, se não for mais, por não mais concordarem com a atuação dos caciques. Disseram eles que viveram, um dia, dentro das mesmas reservas com essas famílias. A idéia do cacique e das lideranças é trazer todas elas, assim que conseguirem a terra. Pelo que foi possível entender, estas famílias estão aguardando os resultados para poder se unir ao acampamento.
- j) As famílias Kaingang que conhecemos, têm uma história de freqüente deslocamento para outras terras indígenas, onde possuem parentes, o que parece ser comum. Entretanto, também buscam melhores condições de vida. Um deslocamento que, aparentemente, poderia ser permanente, tem se tornado temporário - devido encontrarem as mesmas condições política e econômica nas terras indígenas que chegam.
- k) É comum o cacique formar um grupo de lideranças (em outro momento chamado de conselheiro). Entendemos como pessoas que o assessoram em diversos assuntos, internos e externos, e que se dividem para dar conta de resolver as questões. No acampamento não ficou diferente, o mais velho é o que faz os remédios do mato (atuação sem uso no lugar devido à condição em que estão) outra liderança cuida para que não haja briga entre as famílias ou da mulher com o marido. Existem, segundo Jonatan, para não deixar acontecer isso, dois ou três lideranças, que são para ir buscar alguma coisa para o pessoal. O que eles não conseguem aqui dentro, têm que buscar fora, correr atrás, encaminhar, como: projetos, participar de reuniões quando o cacique não puder ir ou junto com ele.
- l) As regras estabelecidas no acampamento são: o respeito ao cacique, visto que todos nasceram e se criaram juntos, são parentes e amigos, os cuidados para coibir a prostituição e o alcoolismo. Disseram ter o cuidado para trazer famílias com crianças e jovens, na maioria meninos.

- m) O cacique Jonatan vem de uma família de caciques e funcionários do governo, seu avô foi cacique de Carreteiro e funcionário do SPI, seu tio é cacique de Ligeiro. Ele tem primos e primas fazendo o 3º. Grau em faculdades particulares, resultado dos convênios estabelecidos pela CGE/FUNAI. Eles dizem estar recebendo assessoria jurídica de uma de suas primas, Suzana Inácio Kaingang, que foi entrevistada em novembro de 2004 pelo antropólogo Robson C. da Silva, quando esteve no acampamento para fazer o levantamento das situações das demandas, que resultou no “Diagnóstico de Demandas Fundiárias” solicitadas pela CGID.
- n) Por trás do acampamento, percebemos que há uma rede de relações e de comunicação dessas famílias com os parentes nas aldeias acima mencionadas, bem como com parentes que estão fora do estado do Rio Grande do Sul e que possuam influência política. Existe, também, a relação que estabeleceram (principalmente a pessoa do cacique) com a prefeitura de Pontão, que angariou a simpatia do prefeito Delmar Zambiasi pelo movimento de (re) tomada das terras.

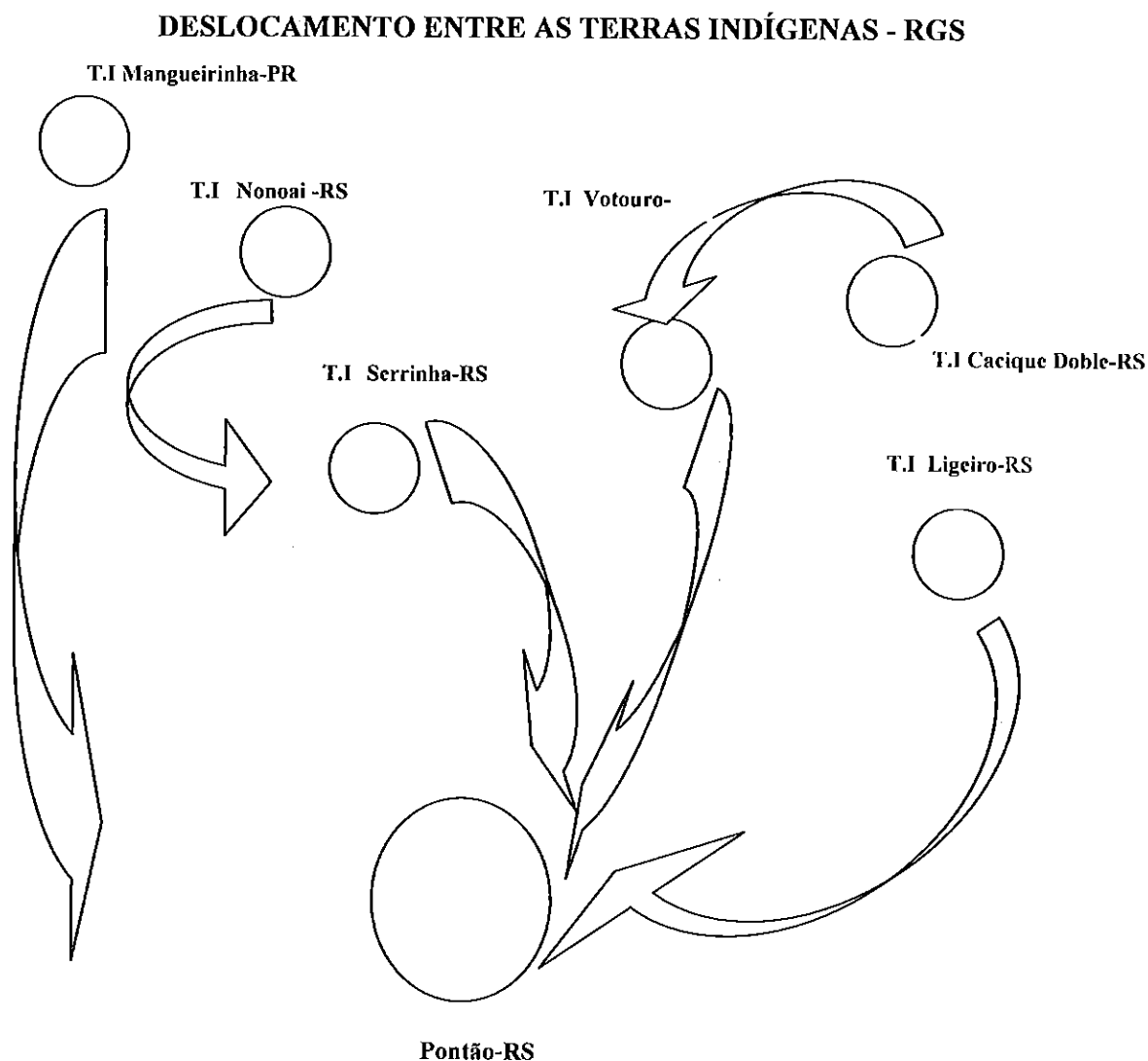
V - DADOS POPULACIONAIS

TABELA - 1
POPULAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	FAIXA ETÁRIA	Nº DE INDIVÍDUOS
HOMENS	18 A 49	17
MULHERES	18 A 49	16
JOVENS (m)	12 A 17	05
CRIANÇAS (m)	1 ANO A 11 ANOS	14
CRIANÇAS (f)	05 MESES A 11 ANOS	15
TOTAL		67 INDIVÍDUOS

- a) Os Kaingang acampados, somam 16 famílias num total de 67 indivíduos no momento da pesquisa de campo. Não consideramos as famílias que estiveram no acampamento e que tiveram que sair por doença ou se revezaram com outros.
- b) As crianças que nasceram na condição de acampada, são em quatro: um menino e três meninas. As mães foram para o hospital de Pontão. Existe uma mãe grávida para ter o neném em janeiro do ano que vem.
- c) Desde que passaram a viver na condição de acampamento, uma criança foi a óbito no segundo semestre de 2004. O primeiro acampamento foi feito à margem da BR-RS 324 e as crianças ficavam sem proteção. Os acampamentos seguintes ficaram mais para dentro da terra depois que fizeram acordos com os donos das fazendas.

Gráfico – 1



- a) O Gráfico de Deslocamentos nos mostra o intenso trânsito das famílias entre uma Terra Indígena e outra, até chegarem no Pontão. Das 16 famílias presentes no acampamento, 10 vieram da T.I Ligeiro, cinco da T.I Serrinha, uma da T.I Mangueirinha no Paraná.
- b) Há uma previsão do cacique de virem mais famílias, contudo a prioridade, depois dos que já estão aqui, é assentar as que foram expulsas de suas terras de origem, por falta de não ter onde plantar e alimentar seus filhos, que se encontram na periferia das cidades.

O cálculo gira em torno de 100 a 120 famílias, levantamento informal feito pelas lideranças do cacique.

VI - DADOS REFERENTES À OCUPAÇÃO DA ÁREA E SUA RELAÇÃO COM A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

- a) A área ocupada pelas famílias Kaingang é recente, data de 20.09.2004. Elas dizem estar ocupando essa área por que, outrora, pertenceu aos Kaingang. Sabem disso, pois seus avós dizem tê-los visto em suas casas quando passavam pelo lugar. Nenhum disse que os avós moraram no lugar, pois, pelo o que entendemos, seus avós contemporâneos dos habitantes do local eram funcionários do SPI ou trabalhavam para os fazendeiros da época no transporte de muares.
- b) O primeiro acampamento instalado em 20.09.2004 foi à direita da BR-RS 324, próximo ao Cemitério denominado “Bugre Morto” - dentro da fazenda do mesmo nome. O segundo acampamento foi na Reserva Florestal denominada “Parque Florestal Municipal da SAGRISA”⁷. Próximo a ele, existe o vestígio de aproximadamente 70 casas subterrâneas e uma vala de pedra, que não temos condições de dizer que tamanho possui e nem de vê-la direito. No entanto, sua construção é atribuída aos antigos Kaingang, que moravam no lugar, por solicitação dos granjeiros⁸ para impedir a passagem do gado e servir de divisa com a cidade de Pontão que se formava, segundo informações do cacique. O terceiro acampamento foi instalado no entroncamento da BR-RS 324 com o rio Raso, próximo ao lugar chamado de ‘invernada do Butiá’. No século XIX, o local foi usado para o descanso dos indígenas e não-indígenas, que trabalhavam com o transporte do gado para os fazendeiros. Existe, também, próximo desse acampamento, vestígio de um outro cemitério que foi descoberto quando a BR - 324 estava sendo asfaltada, parte dos limites do cemitério ficou em baixo da rodovia, e parte fora. Os indígenas contam que alguns ossos foram tirados pelos construtores, só não sabem aonde foram enterrados. Há cinco anos a rodovia foi pavimentada, quarto

⁷ São 420 hectares de Reserva Florestal adquirido há três anos pela prefeitura de Pontão. Fica dentro da área de assentamento do mesmo nome, conforme mencionamos na nota de rodapé 3.

⁸ Nome também usado pelos Kaingang para se referirem aos fazendeiros. É comum na região usarem esse termo.

acampamento, localiza-se dentro da fazenda denominada “Bugre Morto” nas margens do rio Capivara – afluente do rio Passo Fundo – junto da capela da comunidade local, que a chamam de Capela do “Bugre Morto”⁹. E, por último, o quinto acampamento erguido em 25.07.05. Ele está no entroncamento das estradas de chão, que levam para a fazenda Alvaredo. Nenhum acampamento foi feito à esquerda da BR-RS 324, devido a maior concentração de vestígios materiais e relatos históricos se referirem à direita da rodovia até o rio Passo Fundo, do que à esquerda. Ver Anexo 3, Figuras 1, 2 e 3.

- c) Os Kaingang, ao afirmarem que a terra sempre pertenceu a eles, reforçam que na cidade de Pontão os não-indígenas dizem o mesmo. Os nomes de alguns lugares como, Fazenda “Bugre Morto”, Cemitério do “Bugre Morto”, Capela do “Bugre Morto” e Capão do “Bugre”, parece ser uma menção ao que aconteceu no passado, segundo os Kaingang, no século XIX, conservando viva a história na memória regional. O mesmo se pode dizer dos muitos nomes, no Sul, como *Toldo*, *Rio dos Índios*, *Rio Toldo*, *Rio Bugre*, etc, espalhados às dezenas nos três estados do Sul.
- d) A distribuição das famílias, no local, está restrita às margens das estradas, onde os acampamentos foram montados. Os critérios de distribuição estão restritos ao tipo de ocupação, pois, não é um lugar onde estejam podendo se organizar ou ocupar espaços estratégicos distintos, como o fariam se estivessem em uma área deles. Às margens das estradas que cortam as fazendas, são os lugares possíveis de acampar. Como vimos acima, os cinco acampamentos montados procuraram ficar próximos das áreas que possuam vestígios históricos e assim, definir limites para a terra no lado oeste da rodovia RS-324. Ver Anexo 2 - Croqui 1 – Área pretendida pelos Kaingang.
- e) A situação de acampados não permite uma utilização das áreas para proverem o sustento, como no caso das roças. Não praticam a caça com frequência, apenas quando percebem que há condições de entrar nas fazendas, visto que a atividade foi proibida, mesmo assim, conseguem trazer algum tatu, cutia e até capivara. Contudo, é a produção

⁹ Nesse local não foi possível entrarmos, devido ao acampamento não ser mais nesta fazenda e haver proibição. No Diagnóstico de Demandas Fundiárias na Localidade de Estrela, Pontão e Forquilha, o antropólogo Robson Candido da Silva chegou a alcançá-los próximo ao local e conseguiu fazer algumas fotos do cemitério.

do artesanato que está sendo possível, pois é permitido coletar material, como: cipó, taquara e alguma madeira, já bastante escassa, mas que oferece algum dinheiro.

VII - DADOS REFERENTES À HABITAÇÃO PERMANENTE

- a) Verificamos a existência de dois cemitérios, que os Kaingang disseram ser dos índios que ali viveram, mas não temos como afirmar no momento – um nas margens da BR-324 e outro dentro do que é hoje a fazenda do “Bugre Morto”. Em dois locais encontramos vestígios de casas subterrâneas: um na fazenda “Capão do Bugre” e outro à esquerda da rodovia. E, por fim, uma vala de pedra, segundo os Kaingang foi construída pelos parentes que viveram naquele lugar¹⁰. Todos os lugares são sítios arqueológicos que merecem um estudo. Nenhuma das famílias fez uso desses locais. Como vimos a presença dessas pessoas é recente e, nas condições mencionadas. Portanto não há como tratar a questão como habitação permanente.
- b) Os locais de acampamento marcaram os limites da terra, pelo menos no lado direito da rodovia. Ao lado esquerdo dessa, definiram seus limites adiante das casas subterrâneas encontradas. Apresentaremos mapa da totalidade da área com as coordenadas geográficas, ver Anexo 2.
- c) Existe a solidariedade da prefeitura de Pontão, que se prontificou a oferecer as lonas pretas de plástico para a cobertura das tendas, bem como a extensão de energia elétrica e água encanada. A prefeitura de Passo Fundo doa sacolas de alimentação, algumas vezes, quando circulam por essa cidade e a FUNAI oferece cestas básicas. A exigência de um aluguel feita pelo ocupante da fazenda, onde fizeram o quinto acampamento, fez com que os índios, a FUNAI e o Ministério Público agendassem esse pagamento para ser feito, segundo o cacique Jonatan. Eles, também, informaram que a contabilidade da Administração Regional da FUNAI de Passo Fundo, garantiu-lhes, em reunião, que teriam recursos para pagar o aluguel no valor de R\$250, 00. Mas, até agora, eles não

¹⁰ O uso de valas como divisa de terras era o recurso comum entre fazendeiros no século XIX. Atribuir aos índios é tão gratuito como atribuir aos fazendeiros, divisando terras entre si. Já o fato de os índios serem contratados por brancos para fazerem as valas, seria outra coisa, como também eram contratados para abrir estradas.

cumpriram com o prometido. Então, resolveram cada um dar R\$10,00 para pagar o aluguel, a fim de não serem expulsos do local.

A condição de acampados não permite-nos atestar uma habitação permanente nos moldes previstos na Portaria 14/96. Portanto, os dados não possuem a amplitude requerida pelo referido documento.

VIII - ATIVIDADES PRODUTIVAS

- a) O artesanato tem sido a atividade que os têm sustentado, a que lhes oferece renda. Conseguem tirar, no máximo, em torno de R\$350,00 (trezentos e cinquenta), no mínimo R\$150,00 (cento e cinquenta). Produzem cestas e balaies feitos de taquara e cipó, bem como miniaturas de animais, feitas com a madeira-de-leite¹¹ - essas, produzidas mais pelos homens. A matéria-prima está escassa devido não haver mais vegetação, a região é composta por extensos campos com pequenas ilhas de mata de pinhais, lugar que encontram condições de colher algum material. Ainda é possível encontrar mata nas margens do rio Passo Fundo, outro lugar onde vão buscar “o material” como o chamam para a matéria prima. Em último caso, chegam até a T.I Serrinha e, quando a situação fica precária, pegam ônibus, pagam R\$9,00 de passagem para conseguirem garantir uma produção.
- b) A caça tem sido realizada sempre que é possível, pois precisam entrar nas áreas proibidas pelos donos das fazendas. Fazem isso durante à noite e nas ocasiões que sabem não haver perigo eminente. Caçam próximo às ilhas de vegetação, nas margens dos rios, para conseguirem pegar cutia, tatu, capivara, lebre, quati e algum veado, usam faca, facão, pau, flecha. A caça é consumida, aos poucos, por dia, junto com os produtos da cesta básica, que recebem da FUNAI. Guardam a carne num freezer comunitário e em um outro particular, que uma das famílias possui. Tudo debaixo das tendas e ligados ao poste de energia.

¹¹ Não conseguimos obter deles o nome da árvore que eles chamam de madeira- de- leite, disseram apenas que conhecem por esse nome.

- c) A cesta básica contém feijão, arroz, massa, fubá, farinha de milho, farinha de trigo, óleo e leite. Carne, material de limpeza, disseram ficar por conta deles. “(...) às vezes temos pena de nos desfazer da caça, vendemos para comprar café, sal e material de limpeza”. Outro alimento que costumam comprar é o dorso da galinha, ossinho de porco, garganta e pata de porco. Os preços variam, na cidade conseguem por R\$ 1,30 ou R\$ 1,70, se comprarem na venda que fica no entroncamento próximo de onde estão, custa R\$2,50. Então, é preferível ir mais longe.
- d) Não constatamos a saída dos indígenas para realizar trabalho fora do acampamento, nas fazendas ou em outros lugares para obter renda, disseram que ninguém os contrata para realizar qualquer trabalho. Portanto, o artesanato, a cesta básica e a caça é que garantem a manutenção do grupo no acampamento. No ano passado havia famílias que conseguiram pegar o serviço da colheita de maçãs no município de Vacaria, mas esses já foram embora.
- e) As famílias mantêm uma relação com os não-indígenas das cidades próximas, como Pontão, Cruz Alta, Passo Fundo e Ronda Alta, pois eles sabem da pretensão dos índios pela terra, eles compram no comércio destas cidades, vendem o artesanato e trocam informações de todo o tipo, fazendo com que haja uma inter-relação tanto política quanto comercial. Existe uma relação de troca de informação e matéria prima para o artesanato entre os acampados e os que estão na Terra Indígena Serrinha, a mais próxima.
- f) Existe mantimento para assegurar as famílias, não há escassez de alimento, se a FUNAI não faltar com as cestas, assim como há caça no freezer comunitário, se os fazendeiros não descobrirem as entradas clandestinas e impedirem totalmente a entrada nas áreas que possuem caça. A produção do artesanato traz o dinheiro em espécie, não há crianças abaixo do peso. Contudo, isso não significa ter boas condições, o padrão da vida no acampamento é precário, baixo e insuficiente para atender as necessidades de qualquer grupo humano.

Os dados acima apresentados refletem a situação vivida, eles mesmos cuidaram para que nada ficasse de fora. Consideramos que é a expressão do que vivem no acampamento.

IX - ASPECTOS AMBIENTAIS

- a) Na área em que estão reivindicando existem, pelo menos, oito fazendas e são formadas por extensos campos com ilhas de mata constituída de vegetação secundária e terciária. Existe mata ciliar apenas no rio Passo Fundo, que é o maior. Seus afluentes, que regam o interior da área no lado leste da rodovia BR 324, possuem vegetação terciária. Existem lagos, mas a lagoa Bonita é a maior e os pequenos rios alimentados por ela umidecem pequenas áreas do lado esquerdo dessa rodovia, todas sem vegetação ciliar. O que vemos, hoje, são fazendas com plantação de grandes áreas de soja e pequena parte de trigo e aveia. O solo descoberto está sendo preparado para a nova safra. A vegetação primária foi sendo derrubada ao longo dos séculos XIX e XX, de acordo com os interesses comerciais que os latifundiários da época possuíam com a Argentina e Uruguai, no comércio de madeira nobre.
- b) Enquanto acampados estão podendo usar as ilhas de vegetação para a coleta da matéria-prima como taquara, cipó São João, madeira, vara para arco e flecha e madeira-de-leite, que utilizam na produção do artesanato. Outro lugar de onde retiram esse material, é às margens do rio Água Doce, rio do Meio e rio das Pedras, lugares hoje necessários à economia e à cultura desse grupo. O trabalho de coleta de material e de caça permitiu o reconhecimento da área, por eles, visto que não são habitantes do local de muito tempo. Contudo, o conhecimento da vegetação e dos rios mostrou a estreita relação que possuem com a região.
- c) No acampamento não cultivam nenhum tipo de erva medicinal, não há como cultivá-las. Quanto às plantas silvestres, não é possível utiliza-las devido à escassez de vegetação. Suas condições não permitem acesso e liberdade para usar a área.
- d) Os rios conhecidos e nominados¹² na língua e usados pelos Kaingang são o rio Água Doce (Góy Gre), Água Doces Pequeno (Góy Sinc Gre), alimentados pela Lagoa Bonita. Rio Raso (Góy Póré), rio Água Funda (Góy Dik), rio Água Suja (Góy Sunh), rio capivara (Krygnyg Fag Góy) rio Água Fria (Góy Kusa) rio das Pedras (Góy Tapo),

¹² A grafia dos nomes indígenas foi fornecida pelos índios e não correspondem à escrita atual da língua Kaingang. Por exemplo, Góy, para dizer "água", na ortografia Kaingang é "Goj".

afluentes do rio Passo Fundo (Góy Bã). Esses rios estão com um volume de água cada vez menor e bastante aquecida.

- e) Quanto à piscosidade dos rios, os Kaingang informaram que o rio Passo Fundo não tem peixe, pois sua nascente fica na cidade e traz o lixo que contamina suas águas e não é seguro pescar. Quanto aos seus afluentes, não têm segurança quanto à saúde dos peixes, pois as encostas sofrem o assoreamento e o lixo circula com vasilhames de agrotóxicos, depósito de pneus, depositam esse lixo e arames perto de suas nascentes. Contudo, os rios apresentam peixes como: traíra, lambari, jundiá ou bagre, que não são consumidos.
- f) A Lagoa Bonita é a maior lagoa. Está se mantendo diante da degradação ambiental feita pelos fazendeiros, não possui mais mata ciliar. Quanto aos lagos menores, têm suas nascentes drenadas e é comum vermos água correndo na encosta das estradas, esse dreno retira a água da lagoa e deixa que o local, agora seco, sirva de espaço para o plantio de soja. Outra forma de conseguirem mais espaço é soterrando os lagos pequenos para que aumentem suas áreas de plantio. Todos esses crimes ambientais nos foram mostrados pelos Kaingang.
- g) A fauna terrestre conhecida por eles e existente na área reivindicada é composta de lontra, capivara, ratão, cutia, tatu, quati, veado, lebre e zurrilho (esse não consumido).
- h) As aves existentes na área são papagaio, caturrita ou tiriva, jacu, avestruz, pombo grande e pequeno (os três últimos são consumidos) e perdiz (os criadouros existentes perdem algumas aves que se espalham nas fazendas e os Kaingang caçam para seu alimento).
- i) O cacique e as lideranças falaram dos projetos que possuem para o reflorestamento das áreas degradadas e que são protegidas pela Legislação Ambiental, como as margens dos rios e lagos, a restauração das nascentes, a limpeza do tóxico etc.

Os dados colhidos sobre os Aspectos Ambientais são o resultado do conhecimento que os Kaingang adquiriram da área neste período de um ano e três meses de acampamento. São dados precisos do quanto conseguiram interagir com o meio. Por não se configurar uma situação de Habitação Permanente e nem haver uma Atividade Produtiva do trabalho com a terra e, assim, uma relação completa. O exposto reflete um conhecimento resultado de uma relação superficial com o lugar, tendo em vista as restrições que a situação impõe a eles.

PARTE II

I - ARGUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

1) O Estudo de Fundamentação Antropológica da situação Kaingang da área denominada Pontão, que ora apresentamos, é o resultado da demanda por terras feitas ao órgão indigenista pelos Kaingang, que estão acampados no município de Pontão no Rio Grande do Sul. A referida demanda exige uma avaliação antropológica, mas também sociológica e jurídica. Constatamos que os motivos que a geraram são ilegais primeiro, porque foi gerado devido a expulsão das famílias das Terras Indígenas Ligeiro, Serrinha e Nonoai, segundo porque essas terras já haviam sido legalmente criadas pela FUNAI, para essas famílias, portanto foram assistidas pelo referido órgão, num primeiro raciocínio. A expulsão das terras para eles demarcadas, a administração absolutista e despótica dos caciques que gerou a tensão política, as dissidências internas, onde os mais frágeis de um grupo frágil são marginalizados, somados à explosão demográfica nas terras indígenas do Rio Grande do Sul, consideramos o ponto principal embutido nessa disputa por terra feita pelas 16 famílias Kaingang, 67 pessoas acampadas no município de Pontão. Os argumentos a seguir buscam mostrar as contradições do fato criado e os possíveis encaminhamentos. Só não dá para nos iludirmos com a “fragilidade” de um grupo tão articulado, inclusive na Funai e em outros órgãos; o fato é que, nas disputas internas nas áreas, uma parte desses acampados, ou todos, foram por acaso os perdedores.

2) Argumentos Históricos

- a) A historiografia consultada deixou clara a presença dos Kaingang em todo o noroeste e nordeste do Rio Grande do Sul, não existe dúvida quanto a isso. Assim como não há dúvida quanto a indianidade do grupo, conforme vimos nos Dados Gerais da População, Ponto (a).
- b) Vimos não haver discordância na historiografia com os relatos das famílias quanto à presença dos Kaingang na região denominada Pontão do Sarandi, isso desde o século XIX, onde há registros da entrada de bandeirantes, abrindo o caminho entre Passo Fundo e Nonoai. Como também, não haver dúvida quanto à presença dos Kaingang nos

períodos anteriores a esse século. Os caminhos criados que permitiram o conhecimento da região no decorrer do século XIX e no início do século XX, foram transformados em estradas para o transporte de uma das economias desenvolvidas na região, a criação de gado (boi, cavalo e muares), fomentada pelos administradores das imensas fazendas que se instalavam na região. Por essas estradas passava a Companhia de Pedestre que levava os índios à força, de Vacaria até Nonoai para aldeá-los. A documentação oficial do século XIX demonstra que os grupos da região da Vacaria, ou seja, a gente de Braga e Doble e seus subordinados, nunca efetivamente foram transferidos para Nonoai. Ver Dados Gerais - Sobre área estudada, Ponto (a). O aldeamento dos índios e a “organização” do sul do Brasil estão intrinsecamente relacionadas devido à formação desses latifúndios, da abertura de estradas e da formação da aristocracia local, sem esses elementos não é possível pensar o desmonte da organização sociopolítica dos diferentes grupos indígenas que se encontravam no Rio Grande do Sul.

- c) A “organização” do estado rio-grandense e em 1910 a criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, obrigou os Kaingang a ficarem em aldeamentos ou Postos onde o governo tinha o controle desta população. A liberdade de circulação por seus territórios foi substituída pelos limites dos assentamentos e Postos indígenas, os quais, muitas vezes, tiveram que dividir com os grupos inimigos. Os anos de 1848 a 1851 foram o auge desse empreendimento. Essa situação foi vivida pelos grupos de Pedro Nicofé ou Nicafi, Manoel Grande, Fong, Antonio Prudente e Victorino Condá. Um ataque empreendido por Nicofé e Manuel Grande, ambos de Erexim, a uma fazenda que havia ocupado seu território, foi combatido pela Companhia de Pedestres e pelos caciques Fong e Antonio Prudente ambos de Guarita. Neste ponto, é possível que tenha sido a Fazenda Quatro Irmãos? É uma possibilidade, pois muitos índios foram mortos e o cacique Manuel Grande foi caçado por muito tempo pelo grupo de Fong e Prudente. A fazenda em questão chamava-se, no século XIX, Fazenda Três Cerros, e sua área certamente foi incluída nas terras da Quatro Irmãos, ou parte dela, [posteriormente]. Esse acontecimento mostra que não era fácil manter os índios em territórios definidos, e que continuavam lutando para reconquistar seus antigos territórios.

- Então, reafirmamos não discordar dos Kaingang quanto à presença de indígenas na área que está sendo requerida. Contudo, todas as relações de assentamentos ou postos que encontramos, demonstram que o Aldeamento do Pontão que existiu no passado, não se localizava na terra ora reivindicada, mas situava-se na região de Lagoa Vermelha. Ver Dados Gerais – Área estudada, Pontos (f, g, j). Se houve alguma grande aldeia organizada pelos próprios índios, onde estão, não encontramos registros. O trajeto entre Nonoai, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Campo do Meio até Vacaria, era de intenso movimento, visto que havia estrada por onde os índios passavam para serem aldeados. Portanto, poderiam ser encontrados ou vistos pelas matas, por quem passasse nesses caminhos.

3) Argumentos Etno-histórico

- a) As famílias acampadas no município de Pontão conservam a descendência pela linha paterna. Contudo, o reconhecimento da existência de metades clânicas Kamé e Kairu e seu significado, não é comum entre as famílias, apesar de poucos terem mencionado serem Kamé e outra parte não saber do que se trata. A juventude das famílias, o distanciamento de algumas regras culturais e a anexação de outras, na atualidade, aponta para mudanças na organização e estruturação dessas. Outra mudança importante se refere à relação que, segundo a tradição, a criança Kaingang nascida estabelecia com o lugar e com a terra onde nasceu, quando seu umbigo era enterrado: o que significava o pertencimento daquele indivíduo àquele lugar. Nas entrevistas, ficou evidente que as mulheres enterraram nas terras de origem ou guardaram os umbigos, e os levam para onde vão. Ver Anexo 4 -Tabela 2-Relação de Famílias.
 - Então, no caso dessas famílias acampadas, não podemos usar esse argumento para mostrar a relação deles com a terra reivindicada, porque chegaram a pouco mais de um ano, e porque não têm enterrado os umbigos dos filhos que nasceram.
- b) A reivindicação está pautada na existência de vestígios de cemitérios pretensamente indígenas, casas subterrâneas, toponímia que se referem ao massacre

de índios (fazenda “Bugre Morto”, Capela do “Bugre Morto”, Capão¹³ do “Bugre Morto” e Cemitério do “Bugre Morto”) e a história contada pelos avós e reafirmada por seus pais. Ver Anexo 1 – Entrevistas, Dados Gerais da População, Ponto (b) Sobre área estudada Ponto (m) e Anexo 3 - Figuras 1, 2 e 3.

Quanto aos vestígios, vimos apenas dois locais mencionados, mas que estão pouco visíveis: um é a fossa ou oca subterrânea, apontada pelos Kaingang na margem de uma estrada que circunda algumas fazendas. A fossa está soterrada e uma imensa árvore preenche o espaço; o outro é parte de uma vala de pedra, que fica a certa distância da margem de uma estrada, que circunda as fazendas. Essa vala está em meio ao matagal (ver figura 1, 2 e 3). O acesso ao cemitério não é permitido, porque está dentro das fazendas. Então, tomar os cemitérios, valas e casas subterrâneas como prova de ocupação desse espaço, se constitui em elemento frágil, porque não temos como afirmar na pesquisa que fizemos - não cabe ao antropólogo essa certificação - que os cemitérios e as casas subterrâneas são realmente dos indígenas, e especificamente, dos Kaingang. A menos que uma perícia arqueológica fosse realizada para reconstruir a memória tribal sobre a posse desta área em tempos pretéritos. Devemos considerar, também, que o local foi habitado por população não-indígena, visto que foi uma extensa fazenda no século XIX e o cemitério pode ter sido, também, ocupado por esses. São vestígios muito antigos encobertos pela vegetação com grandes modificações; o lugar não oferece condições de aferir quais os recursos econômicos e que necessidades foram originados pelos que ali viveram.

Quanto aos nomes, que fazem referência a “bugre morto” encontramos nos Autos nº554 de 1850, que tratam da expedição de títulos, informações da mudança de nome da Fazenda Bugre-Morto para Fazenda Sarandi, a origem desta fazenda é dos anos de 1831. O nome “Bugre Morto” dados ao cemitério, fazenda, capão e capela se referem a história de massacre dos índios, isso é certo, mas a historiografia local fala de um massacre ter ocorrido do lado direito do rio Passo Fundo, na fazenda Quatro Irmão e os relatos das famílias acampadas dizem que o massacre ocorreu do

¹³ Segundo Ferreira (1986:340) é uma porção de mato isolado no meio do campo.

lado esquerdo do rio, onde está a área reivindicada. São coisas diferentes, é bem possível que possa ter havido também massacre no “Bugre morto”, ainda mais no século XIX. Uma e outra coisa não reforçam o direito dos índios, nem o prejudicam; aliás, registre que o massacre na fazenda Quatro Irmãos, ou Três Cerros no século XIX, foi de brancos, feito pelos índios; os autores foram perseguidos e mortos na Restinga do Papudo, conforme documentos da época. Numa questão há concordância foi bem no início do século XIX, e o trânsito nos dois lados do rio pelos Kaingang era real. Do lado direito ou esquerdo? O que se sabe é que os que sobraram fugiram do local do massacre para o outro lado do rio e, depois do acontecido, não foram mais vistos. A história se espalhou e os nomes, como uma marca registro do acontecimento, ficaram. Os Kaingang, hoje, dizem que eles fugiram para Serrinha e Nonoai, para onde não queriam ir. Dizem, ainda, que existe descendentes deles vivendo, mas como já dissemos em nossa pesquisa, não se estendeu às terras indígenas.

- Então, dos documentos que encontramos foi a referência mais antiga que achamos sobre o lugar. Que os fazendeiros da época deram o nome que marcou um acontecimento local, isso é certo. Contudo, não podemos dizer que a existência dessas referências nominais - a fazenda, capão e cemitério, sobre indígenas assassinados ou como usavam ‘bugres mortos’ - sirvam para dizer que a terra é dos Kaingang, hoje, mas sim para reforçar os assassinatos que houve no local.

Quanto à história, que foi contada pelos avós e famílias repetida vezes, existem duas questões:

- a) A história contada é de terceira mão, pelo recurso da oralidade, ou seja, os avós, que contaram para seus pais que contaram para seus filhos, que nos contaram. Em alguns casos, os avós contaram direto para seus netos, mas o relato deixa entender que eles eram testemunhas que apenas viam os índios quando passavam por aquele caminho: uma estrada que ia de Nonoai, Monte Caseros, Campo do Meio até Cacique Doble, ou Nonoai, Palmeira das Missões, Passo Fundo. As famílias Kaingang não foram as pessoas que viram, nem disseram que são os parentes dos que viveram na terra e nem se seus avós disseram conhecê-los. É uma lembrança de

quando eles passavam para ir fazer seus serviços nas reservas a mando do SPI, pois alguns eram funcionários desse órgão e cacique de reservas indígenas, como foi o caso do avô de Jonatan. O mais correto parece ser que essa é uma memória familiar dos Inácios, vinda do avô que era funcionário do SPI. Talvez por isso, os demais avós, tivessem contado a história como se conhecessem, é o que supomos. Ver Dados Gerais da População – Sobre a área estudada, Ponto (b)).

- b) Durante as entrevistas não conseguiram fazer o elo entre as famílias acampadas e os possíveis parentes Kaingang, que viveram no local e na época mencionada pelos avós. A genealogia das famílias mostra a relação com as terras de origem. O elo que percebemos existir é mais étnico do que de parentesco, mas disseram que deve ter gente em Serrinha ou Nonoai que possa ser parente¹⁴. Os dados que ora possuímos, não nos dão condições de dizer e provar a existência de uma relação de parentesco entre os acampados e os Kaingang que viveram na terra que ora está em litígio. Mas é afirmativa a existência de relação de parentesco entre as famílias do acampamento e as que ficaram nas Terras Indígenas (Nonoai, Serrinha, Ligeiro, Votouro, Cacique Doble, Carreteiro e Mangueirinha, essa última no Paraná) de onde são oriundos.
- Sabemos que as histórias são uma interpretação de terceira ou mais mãos e, que a história oral, tem sua importância na construção dos acontecimentos. Sabemos, também, que o relato de um acontecimento pode ser modificado de acordo com interesse de quem relata ou de acordo com o interesse de uma coletividade; a ponto de sofrer alterações que não temos como saber o que, de fato, aconteceu. Não pretendo trazer as discussões teóricas sobre a questão, mas observar que a historiografia fala da presença dos Kaingang na região, que foram vistos pelos que passavam. Contudo, não existe o elo além da história contada, que os ligue com a terra, como: parentesco e permanência no lugar.
- c) Durante todas as entrevistas, constamos nas explicações e justificativas das famílias, a presença de motivos geradores da reivindicação, sendo eles: a expulsão da terra de origem pela insuficiência de chão para plantar e o aumento populacional,

¹⁴ Como já mencionamos, nossa pesquisa não se estendeu a terra indígena de onde as famílias são oriundas.

ou seja, a pressão política e demográfica levou-os a tomar uma decisão quanto ao seu futuro e dos seus filhos. Ver Anexo 1 – Entrevistas. Vemos como ponto fundamental dessa demanda por terra. O que vem ocorrendo nas terras indígenas, já identificadas e demarcadas pelo Órgão Indigenista para essas famílias Kaingang, deve e precisa ser considerado pelo referido órgão. A atuação despótica dos caciques e lideranças, a má distribuição das terras (proposita) e a curta visão de futuro, não permitem que administrem as terras de forma a garantir condições decentes de sobrevivência para seu povo. Por outro, não há como deixar de mencionar a ausência de atitudes do Órgão Indigenista - no sentido de redefinir essa situação. Se considerarmos o que diz a Lei nº6.001/73 no Título III-Das Terras dos Índios, art. 20, “(...) *é possível a União intervir, se não houver solução alternativa em área indígena determinada a providencia por decreto do Presidente da República*”. § 1º (e) “*para reprimir a turbação ou esbulho em larga escala(...)*”. O esbulho da terra das famílias Kaingang está sendo feito pelo cacique e lideranças associado aos não-indígenas para quem esses arrendam a terra, mesmo diante do que diz o art.18 “(...) *é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática (...) de atividade agropecuária (...)*”. Cabe ao Órgão, o passo seguinte, visto que o movimento no sentido de modificação já foi dado pelos Kaingang que se sentem espoliados. O cacique Jonatan nos informou que levaram ao conhecimento da Procuradoria Federal de Passo Fundo um documento denunciando a situação e uma reunião na FUNAI foi realizada - tiveram presentes 18 caciques, faltaram dois dos mais envolvidos - neste tipo de usurpação - para definirem os limites do poder desses.

- d) A conquista dessa terra é vista pelo grupo acampado como a saída para seus problemas de superpopulação, de usurpação da que possuíam, segurança dos mais frágeis, como a busca pelo modelo de terra para viver e, o cacique escolhido, tem a função de conduzi-los. Ver IV- Organização Política Ponto (d, e) e Anexo 1- Entrevista (Emília)
- Então, neste sentido, entendemos primeiro a inviabilidade política da demanda, porque é uma demanda que já foi atendida. Depois, existe uma questão importante

que precisa ser posta: nem todas as famílias são agricultoras e produtoras de artesanato; os desejos e sonhos refletem uma busca que impulsiona esta pequena parcela para a cidade na procura de uma formação, para profissões que, ainda, não podem ser exercidas com autonomia nas aldeias. Esse é um ponto que precisa ser aprofundado e estudado cuidadosamente e que não vemos como um absurdo, mas como os rumos possíveis para qualquer grupo humano em tempos de globalização. Por outro, vimos famílias com tradição no trabalho da agricultura, assim como no artesanato, que vivem disso e seus sonhos estão fundamentados na produção, no comércio e em ter um pedaço de terra. Consideramos o aspecto político e social do grupo acampado. Podemos concluir que movimentaram muitas opiniões e fizeram denúncias contrárias à postura dos caciques nas terras indígenas, o que tornou difícil o retorno dos mesmos, a menos que a FUNAI tome as providências que lhe compete.

4- Argumento Ambiental

- a) A terra do município de Pontão, em disputa, está ocupada por 10 fazendas que vimos ter plantação de soja, em maioria, aveia e trigo. O Kaingang utilizam o espaço que lhes foi permitido ficar e os recursos naturais dentro destas fazendas de forma precária. Segundo dados de pesquisas realizadas antes do início da colonização, 40% do território era coberto por matas. A partir dos anos de 1970 foram detectadas menos de 9% da cobertura vegetal no território rio-grandense. Em 1850 a Universidade Federal de Santa Maria, em pesquisa realizada, constatou 5,6% de vegetação. Em 1989 entidades ecológicas fizeram o inventário da tragédia 2,6% do território com mata, atualmente existe 1,5%.
- b) Os Kaingang pensam em projetos de reflorestamento e limpeza dos rios com a ajuda de ONG's, com isso acreditam tornar o ambiente em condições de haver a reprodução física, cultural e qualidade de vida para as famílias. Isso foi o que o cacique e suas lideranças nos disseram; não há garantias disso, muito menos não há garantias de que as terras em questão tenham sido visadas exatamente porque são de agricultura extensiva mecanizada, podendo vir a ser, no futuro, arrendadas e tornadas fonte de renda financeira, como fazem os Kaingang em outras áreas; a história da retomada do Serrinha é o exemplo mais próximo disso.
- Então, há escassez de vegetação que forneça matéria-prima para o trabalho do artesanato. A idéia de reflorestamento é importante, porém leva um tempo e, as necessidades diárias, não permitem que fiquem esperando. Neste caso, não temos muito a dizer, visto que não há uma ocupação efetiva e a relação com a terra é incompleta devido, repito, às condições de acampados.

5- Argumento sobre o Crescimento Populacional e área necessária à sobrevivência e garantia da qualidade de vida do grupo

- a) O cacique Jonatan prevê que em torno de 100 a 120 famílias possam vir se juntar ao grupo, assim que consigam a terra. Os números são o resultado de levantamento preliminar feito por eles mesmos. Essas famílias são as que estão na periferia das cidades como Passo Fundo. Pelo tamanho de terra que nos mostraram, não foi

possível ver quantos hectares correspondem, dizem que é o tamanho necessário para abrigar e dar chão para todos plantarem e criarem seus filhos. O mapa da área pode ser visto no Anexo 2 – Croqui 1- Área pretendida pelos Kaingang.

- Não é possível adotar o argumento desse '*crescimento populacional*', quando não se trata de famílias que saíram desse local, e estariam voltando a ele. Por que uma família que está na periferia de Passo Fundo viria para essa área, e não para outra já demarcada? Ou, por que viria para esse acampamento, e não para outro dos vários existentes hoje no RS? Ou, por que não se formariam outros grupos de 'desterrados' e ocupariam outros lugares, formando novos acampamentos?

6- Argumento de Natureza Jurídica e Fundiária

- a) Os séculos XVIII e XIX foram marcados pelas disputas por territórios indígenas na formação dos grandes latifúndios. A terra em litígio tem história de ocupação pela aristocracia do centro do país, desde o início desse último século. No século XX, passou por várias divisões e chegou à atualidade nas mãos de particulares e do poder público estadual e municipal. Ver Parte I – Sobre a área estudada, Ponto (i, m, n, o). O documento sobre o Processo de Terra menciona à aquisição duvidosa dessas terras por particulares do centro do país e a ampliação conseguida por seus herdeiros. Na atualidade, existem em torno de 10 grandes fazendas onde a soja é cultivada, em sua maior parte, depois vem a aveia e o trigo; outras fazendas são de criação de aves, que realizam suas tarefas com máquinas e um número de trabalhadores muito pequeno. As benfeitorias não foram levantadas, apenas contornamos as propriedades. Portanto, temos uma noção dos bens existentes pelo pouco que vimos. As datas dessas ocupações não foram verificadas, o que poderá ser feito, se for o caso.
- b) O levantamento histórico e documental que fizemos não nos indicou que houvesse algum aldeamento ou posto criado pelos governantes da província rio-grandense ou pelo Serviço de Proteção ao Índio nos séculos XIX e início do XX, apesar dos Kaingang dizerem que ali foi uma grande aldeia, e terem apontado os vestígios de cemitérios e casas subterrâneas, já discutidas. Todas as referências, repito,

indicaram Pontão em Lagoa Vermelha. Por isso, apresentamos acima a relação dos diferentes “Pontão” existentes na região, o que nos levou a crer ter havido uma confusão de localizações na repetição das histórias contadas.

- c) O ponto que estamos considerando é a habitação em caráter permanente e a relação de parentesco. Os dois critérios sabemos terem sido difíceis de garantir no período pós-colonização. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 garantiu os direitos dos índios pelas terras tradicionalmente ocupadas, por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e às necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos costumes e tradições” (Capítulo VIII – Dos Índios, art. 231. § 1º . Com isso, reforçamos o critério de terra, tradicionalmente, ocupada como parâmetro utilizado para definir a situação da terra em litígio. Esses são os critérios que tomamos e que o estudo da situação Kaingang que ora apresentamos, não encontra ancoradouro.
- d) Existe uma memória local indígena e até não-indígena, e existe um mapeamento da ocupação histórica, feita pelos Kaingang, pautado nos vestígios. Ver Anexo 2- Croqui 1-Área pretendida pelos Kaingang que é uma sobreposição do território imemorial com o território que pretendem conseguir.
- Então, a terra foi ocupada por não-indígenas por todo o século XIX, mesmo existindo a presença indígena tentando assegurar seus territórios e por todo o XX. Oficialmente, a ocupação indígena com o nome Pontão ficava em Lagoa Vermelha, Pontão Sarandi não foi mencionado como lugar de ocupação indígena, neste período. Como já dissemos antes, é possível que, nesse último lugar, tenha havido uma aldeia. Consideramos que apesar da legislação estabelecer critérios para respaldar as ações de políticas públicas na legalização de terra indígena e a imemorialidade da terra fazer parte desses critérios, ela por si só, não dá conta de traduzir à concepção de ocupação territorial tradicional do grupo, pois é preciso área imemorial e os territórios de uso e ocupação. Contudo, vemos ser necessário apontar uma saída para a situação.

- A criação de uma nova terra foi a saída imediata para a resolução dos problemas, apontados ao longo deste estudo. Os Kaingang acampados no Pontão, não cogitaram outras possibilidades para a resolução das questões vividas por eles – não diferente da maioria de outras famílias que passam pela mesma situação. Não temos dados para analisar a quantidade de terras indígenas no Rio Grande do Sul e se o tamanho das que existem, está atendendo às necessidades de contemplar a população existente, como também não temos um estudo da forma como as terras estão sendo administradas pelos caciques. Mas os dados já coletados, ajudam a dar início neste processo. Por isso, achamos que as resoluções devem ser pensadas em conjunto pelos diferentes atores sociais envolvidos – FUNAI, Procuradoria, Kaingang e antropólogos – e a partir das terras de origem, antes que se possa criar outras. Os Kaingang reclamaram de trabalhar em apenas 2 hectares nas terras de origem e que não dava para sustentarem os filhos. Indicaram 50 hectares¹⁵ para cada família, como o tamanho ideal para criarem seis filhos até levá-los à faculdade, esse foi o parâmetro apontado para resolverem a questão do tamanho da terra.

¹⁵O cálculo do tamanho da terra era consenso entre o cacique e suas lideranças.

- A ponte sobre o rio Passo Fundo nas coordenadas W 52°34'49.6"/S 27°56'42.1" faz a divisa da terra com a fazenda 4 Irmãos, o rio Passo Fundo faz a divisa natural de toda a terra com essa fazenda.
- Dois cemitérios, de nome "Bugre Morto" estão localizados dentro da fazenda do mesmo nome, assim como Capão e Capela.
- Próximo a esses lugares está localizado o assentamento de agricultores familiares denominado SAGRISA e a Reserva Florestal. Essas áreas ficaram fora da solicitação dos Kaingang, pois consideraram melhor não mexer, tendo em vista, terem sido criadas pela Prefeitura de Pontão, sua aliada.
- O rio Raso já foi o rio mencionado nos relatos. No passado, disseram os Kaingang, foi usado pelos que transportavam cavalos, pois facilitava a travessia e a chegada a Cacique Doble e Água Santa. Ele liga o rio Passo Fundo a Lagoa Bonita. As coordenadas geográficas são W 52°29'29.7"/S28°07'42.9". Próximo, fica a fazenda Butiá que, junto com a fazenda Cedro e Bugre Morto, formaram a fazenda Sarandi.
- À esquerda da BR-324, apontaram apenas um local, aonde dizem existir casas subterrâneas, nas coordenadas W52°34'150.1"/S 28°07'05.5". Nesse lado, eles não conseguiram fazer um mapeamento, pois o melhor conhecimento que possuem é do lado direito. Desta forma, as coordenadas geográficas que tiramos não estão no ponto que os Kaingang querem.

PARTE III

1- Croqui com indicação dos limites da área estudada

- a) O Kaingang acampados no município de Pontão, desde o início dos trabalhos, mostraram ter bem estabelecido os limites de sua pretensão territorial. Solicitamos a eles, então, o desenho de um croqui com os limites e todas as informações possíveis sobre a área que pretendiam. As coordenadas geográficas foram tiradas com GPS, conforme foram nos mostrando os limites. O tamanho em hectares não foi possível calcularmos, mas fizeram uma previsão de 17 mil hectares, considerando as famílias acampadas, além das 150 a 200 famílias que contaram como possíveis futuros moradores da área, que hoje vivem nas periferias das cidades, conforme mencionamos acima. A estimativa, segundo, eles é de 50 hectares para cada família. Ver Anexo 2 – Croqui 1 - Área Pretendida. Como já dissemos, a terra pretendida reflete uma sobreposição à ocupação imemorial, mas não é o equacionamento entre área imemorial e os territórios de uso e ocupação no sentido mais amplo. Portanto, não temos como indicar as áreas relativas à Habitação Permanente e Atividades Produtivas. Mesmo assim, apresentamos o que eles nos indicaram como proposta de terra indígena, objeto desta demanda.
- b) Os pontos que consideram históricos, que seriam as marcas dos que viveram naquele lugar, segundo eles, estão apresentados no croqui, que abaixo descrevemos:
 - No sentido Passo Fundo/Pontão, à direita da estrada BR-324, nas coordenadas W 52°37'52.3"/ S 27°59'34.3" existe uma vala de pedra que eles dizem ter sido construída pelos índios para fazer a divisa da cidade com as fazendas e impedir a passagem do gado. Neste mesmo lugar, dizem existir aproximadamente 70 casas subterrâneas¹⁶.

¹⁶ Não foi possível fotografá-las devido o lugar estar ocupado pelo mato.

PARTE IV

1- Caracterização e diagnóstico geral da situação fundiária indígena na área estudada.

a) As terras em litígio cobrem uma área onde estão 10 fazendas que, segundo o cacique, devem ter em torno de 2.600 hectares, não é um dado oficial. Os proprietários não residem no local, alguns moram nas cidades próximas como Passo Fundo, Ronda Alta e até Pontão. Vimos os trabalhadores nas máquinas colheitadeiras ou arando a terra para o plantio da soja, aveia e trigo. Os cereais são vendidos para a cooperativa local COTRISAL e depois armazenados nos silos - depósitos para conservar cereais ou forragem verde. Não levantamos os nomes dos proprietários nem se tinham título de propriedade. Porém, obtivemos informações tanto dos Kaingang quanto dos moradores da cidade de Pontão e Ronda Alta - que os fazendeiros ou granjeiros, como são chamados, não possuem documento das terras e têm interesse em negociar. Não tivemos contato com nenhum deles, mas o cacique nos informou que os mesmos apareceram para especular sobre os caminhos que seriam dados a partir de nossa presença no lugar.

Conclusão

- a) Consideramos que a “imemorialidade Kaingang” descontinuada e genérica, que também é atestada pela memória não-indígena regional e por documentação histórica não deu conta de definir a existência de uma ocupação em tempos pretéritos. O relato das famílias, que contam a história dos antepassados, que ali foram vistos, tomamos como fonte de conhecimento. Assim como o consenso do grupo em torno do mapeamento da terra. A historiografia regional indígena, que tivemos acesso, não nos indicou o local como sendo de ocupação indígena nos moldes de postos e ou assentamentos. Contudo, a história do município de Pontão ainda está por ser escrita e muitas informações de como o espaço foi ocupado precisam vir à luz.
- b) A demanda por terra já foi atendida, visto que todas as famílias são oriundas de terras indígenas já demarcadas pelo Órgão indigenista, conforme prevê a 1.775/96. Neste caso, sugerimos que as resoluções partam dessas terras já identificadas, e não a partir da criação de satélites. Como primeiro passo, o acompanhamento da situação pelo referido Órgão, intervenção e redimensionamento da divisão dessas terras; dois, o direito originário e congênito à extensão do território necessário ao desenvolvimento e bem-estar do grupo deve ser assegurado. Como o passo seguinte, sugerimos a aquisição de terra dominial para assentar todas as famílias que faltarem, caso no final do redimensionamento das terras que lhes foram usurpadas, não dêem conta de assentar a todos e resolver a situação atual.
- c) E, por fim, consideramos que as justificativas pela terra, que aparecem, por exemplo, nas entrevistas feitas ao sr. Nilson, cacique Jonatan e a sra. Emília (ver Anexo 1 – Entrevistas) devem ajudar o Órgão indigenista a repensar os limites da gestão fundiária. As informações que nos passaram mostram os desejos e anseios que os jovens Kaingang têm de consumo, formação e posição social (não só na sua sociedade) forçando os pais a participarem da reivindicação,

assim como vêem a possibilidades do atual governo federal ver com bons olhos este pleito, pois não querem correr o risco em outro governo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BECKER, Ítala Irene Basile. **O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. Pesquisas Antropologia nº29, Instituto Anchieta de Pesquisa/Universidade do Vale do Rio do Sinos, Rio Grande do Sul, 1976.
- FELDMAN, Marcos. **Memórias da Colônia de Quatro Irmãos**. São Paulo: Maayanot, 2003, p.24.
- GEHM, Delma. **Passo Fundo Através do Tempo**. Passo Fundo: Prefeitura Municipal, s/d, 229p.
- RÜCKERT, Aldomar A. et all. **A Construção do Território na Região de Ronda Alta. Ocupação Colonial: 1831 – 1996**. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ronda Alta, 1999.
- SANTOS, Nelson dos. **Balsas e Balseiros do Uruguai. “Reflexos e impactos para a historiografia de Nonoai”**. Estampa, Rio Grande do Sul, 2005.
- SILVA, Robson Candido da. **Diagnóstico de Demandas Fundiárias nas localidades Estrela, Pontão e Rio Forquilha (Sananduva), no estado do Rio Grande do Sul**. FUNAI/UNESCO, Brasília, 2005.
- SPERRY, José Newton. **Raízes e Relatos de Nonohay**. Passo Fundo: Berthier, 1985.
- VEIGA, Juracilda. **Organização Social e Cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê Meridional**. Dissertação (Mimeo.), Unicamp. Campinas, SP, 1994
- _____. **Cosmologia e Práticas Rituais Kaingang**. Tese (Mimeo.), Unicamp. Campinas, SP, fev. 2000.

Marlinda Melo Patrício
Antropóloga-Consultora
Projeto 914BRA3018/Portaria nº1135-29.09.05